PROJETO Mulheres na Ciência Política

ABCP
Associação Brasileira
de Ciência Política

PROJETO Mulheres na Ciência Política

Coordenação: Carla Almeida, Cristina Buarque de Hollanda, Flávia Biroli, Luciana Tatagiba, Vanessa Elias de Oliveira

Comissão executiva: Carla Almeida, Cristina Buarque de Hollanda

Revisão e finalização: Bianca Florencio

Programação visual: Bruno Maggioni, Contágio Criação

Uma realização da Associação Brasileira de Ciência Política, sob a gestão (2018-2020) de Flávia Biroli (presidente), Fernando Guarnieri (secretário executivo), Luciana Tatagiba (secretária executiva adjunta), Ednaldo Ribeiro, Fabiano Engelmann, Luciana Ballestrin, Maria Dolores Lima da Silva, Mariana Batista, Monique Menezes, Ricardo Fabrino Mendonça, Rogério Arantes, Vanessa Elias de Oliveira.

ABCP
Associação Brasileira de Ciência Política

ENTREVISTAS

1. **Argelina Figueiredo (UERJ)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ)
2. **Céli Pinto (UFRGS)**, por Luciana Ballestrin (UFPel)
3. **Celina Souza (UNIRIO)**, por Maria Abreu (UFRJ)
4. **Cristina Carvalho Pacheco (UEPB)**, por Lizandra Serafim (UFPB)
5. **Denise Paiva (UFG)**, por Fabiana da Cunha Saddi (UFG)
6. **Eliane Superti (UNIFAP)**, por Camila Maria Risso Sales (UFLA)
7. **Evelina Dagnino (UNICAMP)**, por Flávia Cristina Regilio Rossi (Unicamp)
8. **Gabriela Tarouco (UFPE)**, por Monique Menezes (UFPI)
9. **Lígia Helena Hahn Lüchmann (UFSC)**, por Carla Ayres (Pesquisadora Independente)
10. **Lindijane de Souza Bento Almeida (UFRN)**, por Olívia Cristina Perez (UFPI)
11. **Lourdes Sola (USP)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ)
12. **Luciana Aliaga (UFPB)**, por Lizandra Serafim (UFPB)
13. **Maria Hermínia Tavares de Almeida (USP)**, por Vanessa Elias de Oliveira (UFABC)
14. **Maria Luzia Álvares (UFPA)**, por Maria Dolores L. da Silva (UFPA)
15. **Maria Regina Soares de Lima (UERJ)**, por Letícia Pinheiro (UERJ) e Carlos Milani (UERJ)
16. **Maria Teresa Miceli Kerbauy (UNESP)**, por Carla Ayres (Pesquisadora Independente)
17. **Maria Teresa Sadek (USP)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ) e Glenda Mezarobba (Pesquisadora Independente)
18. **Maria Victoria de Mesquita Benevides (USP)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ) e Glenda Mezarobba (Pesquisadora Independente)
19. **Maria de Fátima Junho Anastasia (UFMG)**, por Helga do Nascimento de Almeida (UNIVASF)
20. **Maria do Socorro Sousa Braga (UFSCar)**, por Carla Ayres (Pesquisadora Independente)
21. **Marilde Loiola de Menezes (UnB)**, por Danusa Marques (UnB)
22. **Marlise Matos (UFMG)**, por Breno Cypriano (UFMG)
23. **Marta Arretche (USP)**, por Luciana Martins (UFES)
24. **Mônica Mata Machado de Castro (UFMG)**, por Claudia Feres (UFMG)
25. **Monique Menezes (UFPI)**, por Camila Maria Risso Sales (UFLA)
26. **Nírvia Ravena (UFPA)**, por Maria Dolores L. da Silva (UFPA)
27. **Rachel Meneguello (UNICAMP)**, por Luciana Tatagiba (Unicamp)
28. **Raquel Kritsch (UEL)**, por Carla Almeida (UEM)
29. **Sônia Draibe (UNICAMP)**, por Vanessa Elias de Oliveira (UFABC)
30. **Vera Chaia (PUC-SP)**, por Natasha Bachini (UERJ)

O PROJETO

A Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) tem um compromisso histórico com a compreensão e o aprimoramento da Ciência Política no Brasil. É neste sentido que, no momento atual, se volta para as relações de gênero e analisa as diferentes formas como essas relações estruturam os contornos do nosso campo disciplinar e o exercício da profissão. Nosso objetivo com esse projeto é duplo. Por um lado, buscamos dar continuidade a esforços das diretorias que nos precederam no sentido de resgatar nossa memória institucional. Por outro lado, queremos evidenciar a contribuição das mulheres na construção dos alicerces de nossa disciplina, algo nem sempre devidamente considerado.

O Projeto Mulheres na Ciência Política se iniciou em 2018. Uma de suas frentes, desenvolvida ao longo de 2019, foi a realização de entrevistas com mulheres que atuam na área. São mulheres de diferentes gerações e regiões do país, cujas trajetórias denotam forte compromisso com a construção e consolidação da Ciência Política, por meio das atividades de pesquisa, de ensino e do desempenho de funções administrativas em diferentes âmbitos.

Ao todo, foram 30 entrevistas, que agora tornamos públicas. Contamos com o trabalho e apoio qualificado de 23 entrevistadoras, também da área de Ciência Política, com afinidades teóricas e, em muitos casos, parcerias e proximidade afetiva com as entrevistadas. A todas elas, entrevistadas e entrevistadoras, agradecemos por terem aceitado fazer parte desse projeto, por sua seriedade, compromisso e afabilidade em todo o processo. Nos encontros que resultaram nas entrevistas aqui reunidas, a produção do conhecimento e a afetividade estiveram entrelaçadas. Para nossa Diretoria, essa dimensão do projeto foi algo muito valioso, visto encarnar nossa aposta em uma forma de produção do conhecimento que seja ao mesmo tempo rigorosa e solidária, onde o cuidado de si e o cuidado do outro não sejam contrapostos à produção intelectual, mas seu ingrediente ineludível.

Vemos essas entrevistas como um momento inicial dos esforços da ABCP para reconhecer a relevância das cientistas mulheres e melhor entender quem são, suas trajetórias e se, e como, o fato de serem mulheres toca seu desenvolvimento acadêmico e profissional. Esperamos que outros esforços se somem a esses e mais trajetórias possam ser conhecidas.

Para além da visibilidade, nosso objetivo é contribuir para a reflexão sobre relações de poder no próprio campo. As entrevistas, assim como o livro Mulheres, poder e Ciência Política, organizado pelas coordenadoras do projeto e que será publicado pela Editora da Unicamp no ano de 2020, oferecem diferentes tipos de dados e experiências narradas que permitem identificar vieses e problemas que merecem nossa atenção.

Iniciamos esta breve apresentação mencionando o compromisso da ABCP com a compreensão e aprimoramento da Ciência Política no Brasil. Gostaríamos de finalizar o texto ressaltando que nosso entendimento é que isso envolve a construção de relações mais igualitárias e democráticas, dentro e fora da academia e da disciplina. Há muitos desafios para a produção do conhecimento e, também, para a reinvenção das relações de gênero, de modo que violência, assédio e a reprodução de práticas formais e informais que significam desvantagens para as mulheres sejam superadas.

Flávia Biroli (presidente Abcp)

Fernando Guarnieri (secretário executivo)

Luciana Tatagiba (secretaria adjunta)

Diretoria ABCP 2018-2020

NOTA DA COMISSÃO EXECUTIVA

O Projeto Mulheres na Ciência Política traz a público trajetórias profissionais femininas que marcaram a constituição e a expansão desse campo disciplinar no Brasil. Ao longo dos anos de 2018 e 2019, ele promoveu a entrevista de 30 cientistas políticas brasileiras de diferentes gerações, regiões e instituições. Temos clareza de que se trata de um conjunto muito reduzido de profissionais de uma área cujos esforços de estabelecimento e expansão foram significativamente femininos. Com intenção apenas exploratória – que poderá ser ampliada e aprimorada no futuro – o projeto contemplou mulheres que iniciaram sua formação em fins dos anos 60 e 70 e empreenderam as primeiras ações de institucionalização da Ciência Política no país, mulheres que participaram ativamente do processo de consolidação da Ciência Política nas décadas seguintes e, por fim, mulheres que atuaram na expansão experimentada pela área no Brasil, notadamente nos anos 2000, com a criação de novos programas de graduação e pós-graduação pelo território nacional.

Nessa empreitada, contamos com uma equipe de 23 colegas entrevistadoras que tinham ou tiveram alguma relação prévia com as entrevistadas, seja de orientação, vida profissional em comum, e/ ou afinidade e admiração intelectual. A elas agradecemos a generosa disponibilidade e também o entusiasmo com que acolheram o projeto. A partir de um roteiro semiestruturado proposto pelas organizadoras deste projeto após debate amplo, as entrevistadoras atuaram com liberdade e acrescentaram suas próprias questões às entrevistadas, ao sabor do próprio curso das entrevistas e também de suas cumplicidades com as entrevistadas. O material farto que resultou desse empreendimento coletivo tem traços comuns que permitem estabelecer comparações entre as entrevistas, mas tem também marcas das interações muito particulares entre entrevistadas e entrevistadoras. Na organização do material, além de pequenos textos livres de auto-apresentação das entrevistadas, incluímos também trechos em que as entrevistadoras comentam sua experiência de entrevista e, assim, dividem com o leitor elementos para que possam compreender seu contexto de interação.

Evidentemente, as entrevistas não esgotaram a pluralidade das trajetórias das mulheres partícipes da construção e expansão da área no país e deixaram de fora centenas delas. Entretanto, a preocupação em contemplar diferentes gerações, regiões e filiações institucionais gerou um corpus discursivo multifacetado, rico e suscetível a diferentes perguntas de pesquisa e interpelações analíticas. A expectativa é de que esse material inspire outras iniciativas que ampliem nosso conhecimento sobre a Ciência Política, a presença das mulheres e outros marcadores de desigualdade que fizeram e fazem parte da construção desse campo disciplinar no país.

Carla Almeida

Cristina Buarque de Hollanda

Comissão Executiva do Projeto Mulheres na Ciência Política

Nota introdutória

LUCIANA MARTINS

Foi um imenso prazer participar do projeto "Mulheres na Ciência Política", da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), como entrevistadora da Professora Dra. Marta T. S. Arretche (USP/CEM). Julgo de extrema importância destacar a trajetória e o papel das principais cientistas políticas brasileiras dentro e fora da esfera acadêmica. Ressalto a possibilidade de mapear, mesmo que qualitativamente, alguns pontos importantes por meio das entrevistas. Por exemplo, quais são as áreas centrais em que as cientistas políticas mulheres atuam? Será que existe um padrão que é igual ou diferente ao dos homens? As mulheres também ocupam posição de destaque nas instituições? Quais são as suas principais influências? Será que houve grandes cientistas políticas que influenciaram e influenciam nossas pesquisadoras e professoras? Parece que sim...

A Ciência Política, assim como as outras ciências, é produto do trabalho árduo de homens e mulheres. E nós, mulheres, muitas vezes somos invisibilizadas, temos que conciliar nossas carreiras e nossos projetos de vida, tal como a maternidade. Esse é um ponto crucial: quando uma pesquisadora/professora escolhe ser mãe. Infelizmente, isso pode ser um obstáculo para muitas de nós, que não encontram apoio institucional para além da licença-maternidade e algumas creches, no caso das mulheres que já estão ocupando postos de trabalho nas universidades. O outro lado, quando você escolhe não ser mãe, ainda pouco explorado, também não é livre de preconceitos em um mundo demasiadamente machista.

Neste último aspecto, o projeto foi muito feliz em tocar em temas que são pouco tratados e de tanta importância como a questão do assédio sexual e moral que estamos cotidianamente sujeitas pelo simples fato de sermos mulheres. No momento da entrevista, passou quase um filme na minha cabeça quando essas questões foram mencionadas e fui me lembrando de situações e casos que eu e muitas colegas já sofremos ao longo da nossa jornada. Só para citar um exemplo fácil de diagnosticar: as inúmeras vezes que somos interrompidas pelos colegas do sexo masculino ao falarmos em público. Sem contar os inúmeros casos de assédio sexual que não são conhecidos e tampouco divulgados. Neste ponto, compartilho o ponto de vista da entrevistada sobre a "rádio mulher": nós, mulheres, vamos avisando umas às outras para ter cuidado com determinadas pessoas e se protegerem. Eu só espero que um dia isso não seja mais necessário e que mulheres de todas as raças e opções sexuais sejam respeitadas dentro e fora do universo acadêmico. Agradeço mais uma vez pela oportunidade de participar de um projeto de extrema importância.

Auto-apresentação

MARTA ARRETCHE

Sou professora Titular do departamento de Ciência Política da USP e diretora do Centro de Estudos da Metrópole (CEM). Fiz grande parte de minha formação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Também fui editora da *Brazilian Political Science Review* por seis anos. Publiquei vários livros, entre os quais destacaria *Trajetórias das Desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos 50 anos* (Editora Unesp), um livro editado com pesquisadores do CEM e que foi publicado em inglês pela *Springer*, sob o título *Paths of Inequality: a half-century of changes*. Tive a honra de ter um livro premiado pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) resultado de minha tese de livre-docência: *Democracia, Federalismo e centralização no Brasil* – livro este publicado pela Fundação Getúlio Vargas e Fiocruz. Também organizei um livro editado que foi publicado pela Palgrave Macmillan, sob o título *Inequality and Governance in the Metropolis: Place Equality Regimes and Fiscal Choices in Eleven Countries,* em coedição com Jefferey Sellers, Daniel Kübler e Eran Razin. Meu livro de maior impacto, contudo, foi resultado de minha tese de doutorado: *Estado federativo e politicas sociais: determinantes da descentralização*, publicado pela editora Revan. Meus artigos de maior impacto também são derivados da tese de doutorado: "Políticas Sociais no Brasil: Descentralização em um Estado Federativo" e "Mitos da Descentralização: Maior Democracia e Eficiência nas Políticas Públicas?", ambos publicados na *Revista Brasileira de Ciências Sociais.*

Entrevista

Luciana Martins: *Entrevista com a professora Marta Arretche. Vamos começar com a sua trajetória na Ciência Política. Você poderia apresentar o seu percurso profissional, formação, filiações institucionais e como foi sua trajetória acadêmica como docente?*

Marta Arretche: Fiz graduação em Ciências Sociais na Federal do Rio Grande do Sul [UFRGS]. Naquela época, a avaliação não era feita por provas, e sim por trabalhos de conclusão de curso. Ou seja, no final do semestre, tínhamos que fazer quatro ou cinco trabalhos de final de curso. Fiz muito trabalho de final de curso. Já na graduação, me defini pela área de políticas públicas. Fiz um trabalho sobre a política de transporte coletivo em Porto Alegre – não foi dos melhores trabalhos que fiz, mas me interessei por aquilo. Resolvi fazer o mestrado em Campinas, porque fiquei sabendo que na Unicamp [Universidade Estadual de Campinas] havia um novo mestrado em políticas públicas. Logo que entrei, fui convidada a trabalhar no Nepp, que era o Núcleo de Estudos de Políticas Públicas, recém-formado e que era uma espécie de extensão da área de políticas públicas no mestrado da Unicamp. Ali, trabalhei como pesquisadora. Na verdade, estava muito feliz assim, mas gosto de dar aula também. Prestei concurso para a Unesp [Universidade Estadual Paulista] de Araraquara e dei aulas lá por alguns anos. Nesse meio tempo, também fiz o doutorado e o concluí já dando aulas. Depois vim para a USP [Universidade de São Paulo] para reforçar a área de políticas públicas. Sempre orbitei em torno desses temas da ação do Estado e como isto afeta a desigualdade. Trabalhei sobre muitos tópicos, mas sempre em torno desse eixo, preocupada em observar o fenômeno da desigualdade e da ação do Estado.

LM: *Nesse período, você também passou por instituições internacionais?*

MA: Sim, fiz bolsa sanduíche na *Sciences Po*, na área de políticas públicas. Quando trabalhava em Araraquara, fiquei um tempo no MIT [*Massachusetts Institute of Technology*] e quando fui para Florença já era professora aqui na USP. Comparada com outras pessoas, nem saí muito! Uma vez a cada dez anos. Aqui no Brasil, é muito difícil sair para poder fazer estágios fora.

LM: *Além dos recursos, não é?*

MA: Exatamente. Os departamentos são muito pequenos, por isso o número de professores é sempre inferior ao da carga horária. Se você sair, sempre tem um ônus muito grande para o departamento, o que torna muito difícil sair.

LM: *A segunda pergunta tem um pouco a ver com isso. Quais são as suas principais áreas de interesse de pesquisa? Acho até que você falou um pouco.*

MA: O que o Estado faz e como ele afeta a desigualdade, seja entre os indivíduos, seja entre as regiões do país; o quanto as políticas públicas afetam o bem-estar dos indivíduos. Fiz mestrado sobre políticas habitacionais. Meu doutorado foi sobre descentralização. Depois, fiz estudos sobre federalismo e mais recentemente entrei na temática das desigualdades regionais e individuais, na sequência. Sempre fui trocando de objeto, mas com uma preocupação constante com o quê o Estado faz e por que, pensando nos impactos das formas estatais de combate às desigualdades para superar a pobreza e melhorar o bem-estar. Todos estes projetos orbitam a meu juízo em torna da preocupação sobre como o Estado pode contribuir para tornar uma sociedade mais civilizada.

LM: *Dentro desse percurso profissional dos seus temas de interesse, quais foram e são as principais obras, autores, professores e teorias que mais influenciaram os seus trabalhos?*

MA: Sem dúvida, na origem da minha formação, o autor mais influente foi Esping-Andersen. Seu argumento de que o tamanho da esquerda ou a sua força relativa tem muito impacto sobre as políticas que o Estado faz ainda é uma importante chave de leitura para mim, muito embora acredite que os partidos de esquerda sofreram transformações muito profundas nas suas respectivas identidades ideológicas e nas suas estratégias de atuação, processos que me fariam colocar muitos adendos a essa formulação original. Atualmente, o próprio Esping-Andersen só trabalha com demografia e deixou de lado o Estado de bem-estar, porque está muito decepcionado com a esquerda. Essa decepção com a esquerda institucional é um fenômeno mais geral no mundo, mas, de qualquer maneira, se ampliarmos a noção da força dos partidos de esquerda – ou de algum partido institucionalizado que representa a esquerda – para a importância do voto orientado à redistribuição, observado em partidos ou movimentos que estão preocupados com a redistribuição e com uma sociedade mais igualitária, o argumento de Esping-Andersen de que as políticas públicas são mais igualitárias se elas tiverem sua origem em um eleitor de esquerda que vota em partidos também originários dessa orientação como grande chave interpretativa ainda é muito influente na forma como vejo a ação do Estado orientada à redistribuição. Uma segunda influência muito grande, falando cronologicamente, são os autores do neoinstitucionalismo histórico. Se Esping-Andersen postula que, para a produção de políticas mais igualitárias é necessário ter eleitores que, majoritariamente, votam em partidos, candidatos ou políticos com objetivos igualitários, o grande argumento dos autores vinculados ao neoinstitucionalismo histórico é de que essas preferências coletivas podem ser muito afetadas pelos desenhos institucionais – a ideia de que as instituições não são neutras e de que elas são desenhadas para alcançar objetivos. As escolhas por desenhos institucionais são explicadas porque atores racionalmente antecipam que estas instituições vão produzir determinados resultados. De novo, as derivações intermediárias dessa premissa teórica podem variar. Essa segunda grande influência estabelece que não apenas as instituições não são neutras, mas que elas têm o poder de afetar as preferências majoritárias dos eleitores. Mais que isto, sua operação resulta da combinação de diferentes dimensões, o que é muito difícil de estudar empiricamente. A ideia de que a explicação dos fenômenos é insuficiente se feita por variáveis isoladas me parece muito importante. Por exemplo, uma variável *dummy* em um estudo quantitativo federalismo, sem que se controle as enormes variações institucionais entre os estados federativos, faz algum sentido? Eu acho que não. Uma quarta influência importante, derivada da literatura sobre capacidades estatais, em particular Theda Skocpol, é a de que os recursos e os instrumentos com que os Estados nacionais e subnacionais contam têm um efeito independente sobre a produção de políticas. Preferências majoritárias são importantes, desenhos institucionais afetam decisões e resultados de políticas, mas se não houver capacidades estatais, os efeitos das políticas podem ser diferentes. Isto quer dizer que capacidades estatais têm um efeito independente sobre os resultados de políticas públicas e ações igualitárias. Acho que tudo que estudei depois são variações e nuances dessas influências fundamentais. Depois que você se embebe de determinada corrente teórica, você nunca mais tira aquela roupa! (risos)

LM: *E acaba levando os seus alunos e orientandos também.*

MA: É. Mas eles são muito independentes, bebem em várias fontes e vão fazendo o caminho deles. Se aquilo for forte, costuma prevalecer.

LM: *Sim, quando o argumento é forte...*

MA: Argumentos não sobrevivem no debate por causa da autoridade ou sabedoria do professor. Sobrevivem porque os estudos empíricos revelam sua solidez.

LM: *Do ponto de vista de pensar mais na graduação, no mestrado e no doutorado, acho que os tempos eram sempre mais generosos: sempre havia mais bolsas do que hoje.*

MA: É porque a comunidade cresceu muito.

LM: *O número?*

MA: Sim. Os recursos aumentaram, mas o tamanho da comunidade também, e em uma velocidade mais do que proporcional. Com isso, a disputa por recursos hoje é muito maior.

LM: *É verdade. Hoje é uma disputa mais acirrada e os mais fortes – ou seja, os mais bem-posicionados institucionalmente – sobrevivem. A segunda parte da entrevista é mais sobre sua trajetória e a relação entre a vida acadêmica e a vida privada. Como a sua trajetória profissional foi afetada, se foi, pela vida privada em algum momento e vice-versa? Ter uma carreira como docente de alguma forma provocou alguma mudança ou impacto na sua vida privada e sua vida privada foi afetada por sua vida profissional? Houve esse dilema em algum momento da sua vida? Como você lida com isso?*

MA: Certamente deve ter afetado, porque a vida é uma só!

LM: *Às vezes você deixa para trás alguma questão.*

MA: Sim, às vezes você deixa, mas nem percebe ou sente. Quem gosta de correr não cansa! Você não sente como um sacrifício que está vivendo. Não sinto que tenha sacrificado coisas. Fiz o que tinha vontade de fazer tanto na vida privada, quanto na vida profissional.

LM: *Consequências dessa escolha.*

MA: Compatíveis com isso. A vida acadêmica é uma vida que exige dedicação.

LM: *E intensa.*

MA: Se você vive isso como um sacrifício, você simplesmente não faz. Trabalhamos fim de semana não porque alguém nos obriga, mas porque gostamos. Há dimensões a serem escolhidas.

LM: *Simples. E tudo varia conforme o modo que nos portamos diante de nossas escolhas. Comentando um pouco sobre isso, conheço algumas amigas que ficam naquele dilema de querer ter uma família. Acho que é compatível com a carreira, desde que haja uma escolha compatível.*

MA: Há pessoas bem-sucedidas conciliando as duas dimensões.

LM: *Mulheres, inclusive. Ainda nesse mesmo tema, você acredita que essa relação entre vida profissional e privada se dá da mesma forma para os seus colegas do sexo masculino ou você acha que existe uma diferença?*

MA: Acho que, de modo geral, não é propriamente a coisa de ser homem ou mulher, seria mais a questão da maternidade e da paternidade. Comumente, a maternidade pesa mais sobre as mulheres, sobretudo na sociedade brasileira e em muitas sociedades em que não há uma estrutura com a qual as mulheres possam contar de modo confiável, a não ser que você ganhe muito bem e

possa pagar uma excelente creche. Porém, mulheres em começo de carreira, geralmente não têm essas condições e, às vezes, nem a querem, porque os seus filhos só terão dois anos de idade uma vez na vida. Ou você vive aquele período único no momento, ou deixa de vivê-lo. Olhando a sociedade como ela é – salvo casais diferentes em que os homens dividem as funções, e conheço mulheres que têm três filhos e que são muito organizadas e superatuantes – não é propriamente uma questão de gênero, é mais de maternidade e paternidade, que cobra um preço para as mulheres, que pode ser recuperado ou não mais tarde. Conheço mulheres muito bem-sucedidas que começaram suas carreiras já com 40 anos de idade, com os filhos já encaminhados. Na nossa área é mais fácil, porque é possível começar mais tarde. De fato, a maternidade, para a mulher, cobra um preço caro. Mas, na área acadêmica, há mais flexibilidade quanto ao horário de trabalho, o preço é bem menos alto do que em outras profissões. Imagina uma mulher subalterna no setor privado?! Ela não pode sistematicamente faltar ao trabalho. Na área acadêmica, esse preço não é tão alto quanto o de outras áreas.

LM: *Em relação à questão da vida acadêmica e privada é mais uma questão de pensar esses desafios que você mencionou. Agora, como você avalia os caminhos da academia no campo da Ciência Política nas últimas décadas? Não em relação à questão da mulher especificamente. E quais foram, para você, as virtudes e os limites dessa vivência, dos seus quase quarentas anos de carreira? Embora não pareça!*

MA: A Ciência Política costumava ser muito masculina...

LM: *Só um adendo: mais à frente tem uma pergunta mais específica sobre esse tema. Essa pergunta é mais um overview sobre a área, mas fique à vontade para incluir a temática da mulher nessa questão.*

MA: Primeiro que a Ciência Política, no Brasil, tem tido uma trajetória muito positiva em muitas dimensões. A mais visível delas é que os cientistas políticos, hoje, são reconhecidos, sobretudo, pelas mídias e canais de comunicação como profissionais que reúnem conhecimentos especializados sobre temas que são relevantes e importantes para a sociedade. Os cientistas políticos são chamados a participar do debate por serem cientistas políticos. Eles têm um reconhecimento análogo ao dos economistas – sem entrar no mérito de avaliarmos se isso é bom ou ruim. A profissão é reconhecida e respeitada no Brasil como um conjunto de pessoas que detém um conhecimento técnico e que, por isso, são capazes de fornecer análises especializadas sobre temas dos quais as pessoas querem saber. Esses profissionais conquistaram uma respeitabilidade que, óbvio, só pode acontecer sob a democracia, mas poderia não ter acontecido. Os cientistas políticos no Brasil foram muito bem-sucedidos em se fazer respeitar, o que tem a ver com a formação que a Ciência Política tem dado, senão nós não teríamos formado profissionais capazes de ir à televisão dizer "o conhecimento sobre isso é esse", se está certo ou errado é outro problema. Os economistas nunca acertam também. Tem um pouco de ilusão nisso, mas de toda a forma, a Ciência Política conquistou uma respeitabilidade no cenário político brasileiro que não é negligenciável. E, obviamente, isso tem a ver com as opções que foram feitas na formação, que criaram profissionais capazes de debater. Em diversas áreas, como comportamento eleitoral e políticas públicas, temos formado um exército de profissionais que são mais invisíveis, mas são igualmente relevantes. Se não fizermos bobagem, esse processo só vai melhorar. Acho que a Ciência Política, aqui no país, é reconhecida como uma disciplina capaz de oferecer respostas para as questões com as quais as pessoas se importam. Ela progrediu muito.

LM: *Dentro desse campo específico da academia, você vê mais alguns avanços além desse que você está colocando? Você vê também alguns limites desse crescimento da Ciência Política do ponto de vista acadêmico?*

MA: Sou meio Poliana, só vejo o lado melhor das coisas!

LM: *Com certeza é alguma coisa, mas realmente, do ponto de vista que você está colocando, temos essa importância.*

MA: Esse reconhecimento.

LM: *Dentro de cada área vai ter suas variações de métodos e outras.*

MA: Para você fazer um "avancinho" na área de vacinas, por exemplo, é condição necessária ter conhecimentos básicos de bioquímica, de biologia... O cientista que está estudando vacinas bebe desse conhecimento acumulado pela ciência básica. A Ciência Política não é muito diferente: tem alguém fazendo ciência básica, outro produzindo trabalho sobre metodologia que depois vai ser usado e aplicado por um terceiro em um conhecimento específico. Nesse sentido, nós também avançamos muito. Me lembro do último congresso da ABCP [Associação Brasileira de Ciência Política], e de outros eventos também, em que algum pesquisador trouxe alguma conclusão e os alunos questionaram a partir de quais caminhos e métodos ele pôde concluir o que estava apresentando. Há controles disciplinares sobre a validade das interpretações que fazemos. Vejo muito mais progressos do que limites.

LM: *Como você acha que sua trajetória individual como professora e pesquisadora se situa nesse quadro mais geral de desenvolvimento da disciplina da Ciência Política no Brasil?*

MA: Você tenta dar a sua contribuição. O que sempre tentei fazer foi participar de projetos que são interessantes e bem-feitos. Houve um período em que pensei que devíamos adensar a área de políticas públicas no Brasil. Portanto, trabalhei na Anpocs [Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais] e ABCP para constituir um grupo para criar uma rede na área específica. Já sou totalmente dispensável nesta frente. Esta área se adensou muito no Brasil. Houve um determinado momento em que pensei: precisamos de uma revista que tenha visibilidade internacional, que divulgue o trabalho dos cientistas políticos brasileiros e que adote os procedimentos da comunidade internacional. Trabalhei seis anos na BPSR [*Brazilian Political Science Review*] e digo, sem modéstia, que contribui muito para termos uma revista que divulga internacionalmente nossa produção de melhor qualidade. A BPSR agora tem novo editor-chefe, Adrian Lavalle. Tenho certeza que será um sucesso. Nunca tive um grande plano, mas penso que percebi algumas lacunas e sempre tentei dar minha contribuição para fazê-las funcionar melhor. Acho que o progresso da profissão não pode ser atribuído a ninguém em particular, mas a milhares de pessoas que têm uma motivação semelhante e que colocaram o seu tijolinho nesse projeto, que não chega a funcionar como comunidade. Aliás, nem sei se deveria funcionar como comunidade, porque algumas que funcionam assim se tornam muito corporativas, o que não é tão bom. Mas, no Brasil, acho que há muitas pessoas com *ethos* profissional e que fazem o melhor para as coisas serem benfeitas.

LM: *Mais especificamente sobre a questão da mulher. Como você avalia sua condição de mulher na academia e especificamente na Ciência Política a partir desse desenvolvimento promissor da área nos últimos vinte anos?*

MA: Acho que hoje há uma presença feminina forte na Ciência Política. Há muitas mulheres e mulheres muito produtivas, inteligentes e corajosas. Fico pasma de ver o que elas vêm fazendo. Não é um fenômeno exclusivo da Ciência Política, muitas profissões majoritariamente masculinas passaram a ser femininas também. O mundo universitário ficou mais feminino e a Ciência Política

também. Isso ocorreu no mundo do ensino superior, mas profissões de baixo prestígio que eram exclusivamente femininas permaneceram femininas. Entretanto, profissões de alto prestígio que eram exclusivamente masculinas, hoje, também são femininas. Isso ocorreu com a Ciência Política também. É bom ter mulheres, é melhor para a profissão. As mulheres fazem uma diferença positiva: há percepções e encaminhamentos que são mais típicos das mulheres. Acho que uma comunidade funciona melhor quando se tem mais mulheres e isso aconteceu com a Ciência Política. Vejo determinadas reações e decisões que só uma mulher poderia enxergar e defender.

LM: *Como você percebe o crescimento da importância da pauta de gênero como as cotas em algumas instituições, as denúncias de assédio? Como vê o crescimento dessa demanda por pautas de gênero no mundo do trabalho em geral, inclusive nas nossas instituições? Como percebe e avalia isso?*

MA: São coisas muito diferentes. A reação ao abuso sexual é um fenômeno mais geral da sociedade brasileira e, para ser honesta, não a vejo acontecendo de forma muito frequente dentro da comunidade de Ciência Política. Talvez eu seja uma pessoa desinformada. Como aluna e como mulher, eu e outras colegas sofremos assédio e isso nunca foi publicizado, embora tivéssemos o que chamávamos de "rádio mulher", na qual trocávamos informações sobre contra quem deveríamos nos precaver. Mas, na Ciência Política... Pode ser que eu esteja totalmente desinformada, mas, realmente, não sei. Até onde sei, os casos são muito poucos. Na sociedade brasileira, sabemos que isso vem mudando muito. Este processo é de natureza micro e tem a ver com a coragem das mulheres. Obviamente, é muito bem-vindo, porque começa a rever situações de vulnerabilidade, de humilhação etc. Na Ciência Política não sei dizer, mas a sociedade brasileira vem mudando muito e deve mudar ainda mais.

LM: *Talvez essas novas gerações mais à frente já tenham uma liberdade que eu, por exemplo, não tive na minha época.*

MA: Não tenho certeza se é sem retorno. Veja o caso do Irã. As sociedades podem retroceder nos comportamentos. Não há uma lei que impeça esse movimento para trás. Sobre a questão das cotas, tenho muitas dúvidas. Do ponto de vista pessoal, detestaria ser excluída de alguma coisa por ser mulher, mas também detestaria receber algo apenas por ser mulher. Acho que o caminho seria criar formas de reduzir a desigualdade de oportunidades. Mas, pessoalmente, não gostaria de obter alguma coisa sem mérito, pelo fato de ser mulher. Por exemplo, o que os exames de seleção na pós-graduação medem é se você pode vir a produzir uma dissertação. A medida da qualidade de um programa é que os alunos produzam trabalhos de qualidade. Com certeza, as seleções não são isentas de preconceitos. Todos nós somos pesadamente afetados por ideias pré-concebidas. Estudos comportamentais revela que nossa mente trata diferentemente homens e mulheres. Por outro lado, não se pode incumbir um aluno de fazer um trabalho acadêmico se há evidências de que, presumivelmente, não vai conseguir levar o trabalho a bom termo. Não sei o quanto a solução das cotas resolve todos esses preconceitos e pré-julgamentos que afetam o nosso discernimento. Acho que isso precisa ser melhor pensado. Temos visto que as cotas para mulheres no mundo da política não necessariamente fazem com que mulheres votem em mulheres. Então o problema está na desconfiança que as eleitoras têm em relação às mulheres. Há um estudo interessante – um artigo que publicamos na *Brazilian Political Science Review* – que mostrou que as mulheres têm menor chance de se eleger prefeitas do que os homens; mas, uma vez eleitas e bem-sucedidas em seus respectivos mandatos, elas têm mais chances de se reeleger. Se fosse criado algum meio artificial de fazer com que uma mulher se tornasse prefeita, a despeito das evidências de que ela não teria potencial, você poderia produzir o efeito contrário: colocar uma pessoa em uma condição que ela não vai desempenhar e, como resultado, você só irá aumentar o preconceito. Não sou, em princípio,

contrária às cotas, mas tampouco sou a favor do seu uso indiscriminado como se fosse uma solução para todos os males.

LM: *Que pode produzir até mais discriminação. Em relação à nossa área mais acadêmica a questão dos salários é diferente da área privada, que tem uma disparidade de salários. Na nossa, os salários são iguais, o que não nos permite analisar bem essa questão, o serviço público tem essa marca. Talvez em business e empresa isso seja diferente.*

MA: Goldin e Katz, em um trabalho superinfluente, mostram que as diferenças salarias de gênero não são diretamente causadas pelo gênero, mas pela flexibilidade da jornada de trabalho, que afeta mais particularmente as mulheres. Para estes autores, o que discrimina negativamente as mulheres não é o gênero, mas o fato de ter que voltar para casa em um horário fixo – seja porque precisa pegar as crianças na escola, seja para fazer o jantar...

LM: *Obrigada pela entrevista.*